

O Estado de S.Paulo – 08/10/2012

Elétricas questionam renovação de concessões

Concessionárias do setor têm menos de uma semana para manifestar interesse na renovação, mas reclamam da falta de informações sobre novas tarifas

ANNE WARTH, EDUARDO RODRIGUES / BRASÍLIA

Faltando menos de uma semana para o fim do prazo no qual as empresas de eletricidade devem manifestar interesse em renovar ou não as concessões que vencem entre 2015 e 2017, representantes do setor ainda reclamam da falta de informações a respeito das novas tarifas e das indenizações a que terão direito a partir de 2013.

O prazo para que os concessionários entreguem os pedidos de extensão dos contratos à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) acaba na próxima segunda-feira, com as condições dessa renovação ainda "no escuro".

Além disso, os contratos - que serão assinados de fato em até 30 dias após a divulgação dos valores de indenização dos ativos e descontos nas tarifas - dependerão da aprovação da Medida Provisória 579, que ainda nem começou a tramitar no Congresso. Ou seja, a pressa do governo em fazer com que as companhias do setor aceitem as novas regras cria um ambiente de grande insegurança jurídica, porque, se a MP não for votada dentro do prazo e perder a validade, esses documentos simplesmente perderão seu propósito e, conseqüentemente, seu valor legal.

O próprio secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, admitiu que o governo terá de fazer um malabarismo jurídico na confecção desses contratos, deixando em aberto a possibilidade de atualização, a depender do que aconteça com a MP nas mãos dos parlamentares. Para os empresários, porém, essa insegurança se torna ainda maior por causa da tradicional demora da Justiça em analisar eventuais recursos, o que na prática obrigaria as empresas a assinarem contratos para depois "torcerem por ter a menor quantidade de novas surpresas possível".

Isonomia. O presidente da Associação Brasileira das Companhias de Energia Elétrica (ABCE), Alexei Macorin Vivan, afirmou que as empresas ainda não possuem informações suficientes para tomar uma decisão. Ele também criticou a postura do governo, que ameaça barrar as companhias que não quiserem renovar as concessões neste ano de participar dos leilões que poderão ser feitos entre 2015 e 2017.

"Não nos parece correto, razoável ou legal proibir o atual concessionário de participar de uma licitação no futuro. Proibir quem conhece e opera de participar de uma licitação em condições de igualdade é algo que pode ser questionado, pois viola a isonomia", afirmou.

Para o executivo, embora a renovação das concessões possa ser feita a critério do poder concedente, houve grandes mudanças em relação às regras dos contratos anteriores, o que traz insegurança jurídica ao setor. "São regras novas que alteram o panorama jurídico existente", afirmou. "Esse é o principal motivo da queda das ações dessas companhias na bolsa."

O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, classificou como "absurdo" o fato de o governo querer que as empresas se manifestem sobre o assunto até 15 de outubro, sem saber os termos de assinatura do contrato, que só serão conhecidos em novembro, e antes que a MP 579 seja apreciada pelo Congresso.

Para ele, há diversos aspectos legalmente questionáveis no texto da MP, entre eles a decisão do governo de considerar amortizados os investimentos em transmissão feitos antes de 2000. "Na prática, os contratos vigentes dizem o contrário e afirmam que investimentos feitos a qualquer tempo, desde que autorizados pela Aneel, devem ser reconhecidos."